

O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra - Alta e Sofia Património Mundial. The past in permanent construction. Heritage in transformation. The case of the University of Coimbra - Alta and Sofia World Heritage Site.

Joana Capela de Campos

DARQ - FCT, Universidade de Coimbra, Portugal
joanacapela@hotmail.com
ORCID: 0000-0001-8644-8196

Vítor Murtinho

DARQ - FCT, CES, Universidade de Coimbra, Portugal
vmurtinho@uc.pt
ORCID: 0000-0002-8956-7382

Resumo:

Quatro anos após a inscrição da Universidade de Coimbra - Alta e Sofia na Lista do Património Mundial, será certamente um bom momento para se fazer uma reflexão sobre que transformações ocorreram, ou estão a ocorrer, no contexto urbano da cidade, quer no espaço físico do bem classificado e da sua área urbana de influência, quer nas suas dinâmicas socioculturais.

Deste modo, este artigo incidirá, criticamente, sobre o processo transformativo da cidade de Coimbra, tendo em conta três eixos estratégicos para uma gestão integrada e de desenvolvimento sustentável no seu contexto urbano: a proteção e salvaguarda do património, a Paisagem Urbana Histórica e o desenvolvimento urbano, incidindo sobre a dinâmica de reabilitação do parque edificado e do espaço público.

Verifica-se que a Universidade assumiu um ímpeto propositivo no primeiro eixo estratégico e que, o poder local, pela lógica da gestão espacial, assume esse ímpeto no terceiro eixo. Pela leitura transversal das transformações e dinâmicas urbanas ocorridas nos eixos equacionados, no contexto urbano, enquanto plataforma agregadora dos espaços físico e social dados por uma matriz cultural territorial, é possível trabalhar para um planeamento urbano, de forma integrada e ajustada às exigências que se vão colocando contemporaneamente, para alcançar uma maior qualidade de vida.

Palavras-chave: Transformações urbanas; Património Mundial; Proteção e salvaguarda do património; Paisagem Urbana Histórica; Desenvolvimento urbano.

Abstract:

Four years after the decision to inscribe the *University of Coimbra - Alta and Sofia* on the World Heritage List, it is time to evaluate the changes that have occurred, or are still occurring, in the context of the renovation of its urban space and the context of the city's sociocultural dynamics.

In that sense, this paper will analyse Coimbra's transformations and the processes leading to them, taking into account three strategic vectors in order to achieve an urban management and its sustainable development: the protection of heritage, the Historic Urban Landscape and urban development.

The University of Coimbra assumed its leading role in the dynamic of the conservation of the prebuilt heritage of the classified area and the municipality assumed its role in the protection zone. In this framework for the urban transformation process it is possible to conclude that the best way to keep up to date any sustainable heritage is to use it within the territorial cultural matrix. This World Heritage status could lead to a real conservation process of the existent heritage and to a sustainable balance between urban management and its integrated development leading to a better quality of life for the city.

Keywords: Urban transformations; World Heritage; Protection of heritage; Historic Urban Landscape; Urban development.

Introdução

Uma candidatura para efeitos de reconhecimento patrimonial pode - e deve - ser um ativo para

a gestão e para o desenvolvimento urbano de uma cidade. É um processo de intensa produção de conteúdos que promove o estudo e o conhecimento do

bem, quer pelos seus utilizadores, quer pelas várias entidades que, nas práticas quotidianas, o gerem e o dinamizam. Mas, também não deixa de ser um projeto político de intenções, de estratégia e de intervenção para a área que se pretende classificar, para a sua área adjacente e, no limite, para todo o seu território de influência.

Quando a classificação patrimonial é atribuída pelo Comité do Património Mundial, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na inscrição de um bem na Lista do Património Mundial (LPM), a responsabilidade pela sua proteção e salvaguarda, assumem proporções e dinâmicas globalizadas, capazes de transformar o património “num instrumento indispensável de atracção social, usufruto alargado das populações e lugar de encontro de gentes e culturas” (Custódio, 2010: 346).

Para além desta perspetiva, alguns estudos sugerem que, uma das metas dos proponentes de um bem à UNESCO, sobretudo, nos países ocidentais, é conseguir, com o título, a recuperação das economias locais, através do turismo (Askew, 2010), visto que, a inscrição na LPM coincide com o aumento significativo do seu número de visitantes (Salazar, 2010).

O resultado do reconhecimento do estatuto de Património Mundial (PM) pode, contudo, induzir a que o conjunto classificado se apresente com pouca propensão para a transformação e impeditivo a que cada geração lhe possa acrescentar valor (Capela de Campos e Murtinho, 2016). Tendo em conta esta perspetiva e, pensando no seu contrário, considera-



Figura 1
Pátio das Escolas.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

-se que qualquer título patrimonial deve ser um processo de continuada reflexão, para incorporar novos modos de vida e de utilização, aceitando as marcas geracionais, sem porém, pôr em causa a autenticidade inerente ao legado. Porque, no que diz respeito à proteção e salvaguarda do património, o campo disciplinar da arquitetura ensina que esta “nunca está terminada, prolonga-se no uso” (Almeida, 2005: 139). Sendo assim, o melhor modo de pensar a sua sustentabilidade é a sua manutenção, através da sua continuada utilização.

Desta forma, interessa pensar sobre qual o contributo que uma candidatura patrimonial pode ter para o desenvolvimento de uma cidade. Por isso, assume-se a Universidade de Coimbra - Alta e Sofia (UC-AS) como estudo de caso (Capela e Murtinho, 2014a, 2014b, 2015), enquanto laboratório privilegiado de experiências e dinâmicas próprias (Figura 1), podendo lançar pistas para futuros processos com



Figura 2
Delimitação da área UC-AS PM.
Fonte: Elaborado por Joana Capela de Campos.

contornos similares a este, ao se retirarem as lições necessárias ao planeamento e à gestão de um sítio PM e, ainda, permitir a correção e o ajuste de metodologias de intervenção urbana.

Em alinhamento com a agenda da UNESCO, que elegeu 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, torna-se quase imperativo, meditar sobre o contributo de um título patrimonial e avaliar as formas de concretização da oportunidade desse título e o seu impacto, nas dinâmicas quotidianas da cidade.

Assim, quatro anos após a inscrição da UC-AS na LPM (Figura 2), em 22/06/2013, será pertinente fazer um balanço sobre as transformações que entretanto ocorreram, ou estão a ocorrer, em contexto urbano. Este trabalho considera que o contexto urbano pode ser refletido sob uma valência material, através do espaço físico do bem classificado e da sua área urbana de influência, que se delimita pelas linhas de cumeeira circundantes à colina da Alta, criando a plataforma de análise Alta/Baixa/Santa-Clara; e sob uma valência imaterial, através das dinâmicas socioculturais da cidade e dos usos que vão sendo feitos nos espaços urbanos, que traduzem novas formas de estar e de viver a cidade.

Para tal, propõe-se refletir sobre as transformações ocorridas na cidade, sob a perspetiva de três eixos estratégicos de desenvolvimento, assumidos na candidatura a PM, para Coimbra e o seu dever:

O primeiro eixo assenta na proteção e salvaguarda do património, onde se pretende abordar as dinâmicas de transformação ocorridas no contexto equacionado, mas assumindo, maior ênfase, no espaço do bem classificado.

No segundo eixo, a perspetiva assenta na Paisagem Urbana Histórica (PUH), enquanto tendência, cada vez maior, de se candidatarem e classificarem bens, ao nível do PM, que criam relações territoriais abrangentes, o que no caso de Coimbra, não deve ser desvalorizado.

E por último, o terceiro eixo pretende fazer alusão ao desenvolvimento urbano, através do comportamento das atividades económicas que têm impacto nas dinâmicas de reabilitação do parque edificado e do espaço público, como a turístico-cultural e do comércio (Figura 3), sendo, por isso, um eixo paralelo e complementar do primeiro.

Esta leitura, das várias especificidades locais e conexões, que estes eixos estratégicos estabeleceram com o processo de candidatura e título PM, pode ser desenvolvida através da apresentação de acontecimentos, que se podem constatar, quer no contexto urbano material e imaterial, sublinhando



Figura 3
Baixa de Coimbra, Rua Ferreira Borges.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

alguns exemplos enfáticos. Assim, apreciando essas transformações urbanas, será possível contribuir para a discussão de medidas e estratégias que não deixam de ser uma posição de princípio pela democratização do património e, por contaminação, da própria cidade.

Proteção e salvaguarda do património

Enquanto conjunto de bens com um determinado valor e lugar de plataforma de diálogo entre gerações, o património não é menos uma memória do passado, do que um ativo da contemporaneidade para o futuro. Neste sentido, qualquer sociedade tem o dever de conservar para transmitir, sob pena, de não ser simplesmente a memória coletiva a esvanecer-se, mas, sobretudo, de se perder a identidade coletiva (Guillaume, 1980: 14-15).

A noção de que o património está associado a espaços de continuidade geracional, pela reprodução das memórias e vivências adaptadas aos usos e costumes de uma vida contemporânea, é pertinente. Muitos espaços da cidade são, de facto, essenciais para mapear e identificar o espaço de representação comum, da ligação do indivíduo com a cidade, onde também é evocada, a relação intrínseca entre as pessoas e os espaços, que se vão estabelecendo nas dinâmicas quotidianas de apropriação, conhecimento, compreensão e pertença.

E esta noção de continuidade no uso, adaptação e transformação do espaço, como resposta às exigências colocadas, foi uma tônica na dinâmica evolutiva da UC, na qual, o processo de candidatura a PM se baseia para justificar o Valor Universal Excepcional (VUE) do bem (Lopes, 2012).

Assim, em 2003, o Reitor Fernando Seabra Santos, ao constatar que a UC era o principal interesse dos visitantes que procuravam Coimbra, propõe a UC como bem a ser inscrito na LPM, justificando o enquadramento estratégico da candidatura com “um fortíssimo sentido de futuro: o de prevenir a agressão

patrimonial e a dispersão da memória colectiva” (in UC, 2005: 3).

A partir deste momento, a UC assume-se como o *grande estaleiro de obras do país*, comumente referenciado, numa antevisão consensual do impacto que uma candidatura a PM tem nas dinâmicas de transformação do espaço urbano. A área considerável de 117 hectares dividia-se por 35,5 hectares de área da UC-AS (29 hectares da Alta e 6,5 hectares da Baixa) e 81,5 hectares da sua área de proteção.

Muitos projetos e obras de intervenção foram feitas durante o processo de candidatura, para garantir o cumprimento dos objetivos estipulados, na Alta, valorizando o existente, pela pedonização do espaço público e readaptação de espaços pedagógicos. Já na Rua da Sofia, não seria tão fácil, uma vez que, a propriedade do bem entre a UC, o Estado e privados, levanta algumas restrições e impedimentos, que terão que ser mediados noutras bases.

De qualquer modo, esse ímpeto da UC, para a intervenção, tem sido continuado, mesmo depois do título atribuído, assumindo uma característica, que lhe afere um estatuto paradigmático na LPM: Coimbra inscreve património que antes de ser, já era PM.

Muitos dos elementos que compõem o bem UC-AS ainda não estavam reabilitados, à data da inscrição da UC-AS na LPM. Alguns dos espaços foram inscritos, estando em fase de projeto de arquitetura, com todas as transformações que no decorrer do seu processo lhe podem estar associadas, demonstrando uma abertura da UNESCO e da sua entidade conselheira, o International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), para a diversidade de abordagem para cada caso, principalmente quando a evolução é justificativa válida para o seu VUE.

Assim, destacam-se quatro referências das variadas intervenções que a UC tem vindo a realizar, em espaços emblemáticos do bem inscrito na LPM, que foram classificados como PM antes das intervenções que sofreram.

Com intervenção realizada em 2014 (já depois da atribuição do título), no âmbito da conservação e restauro da Porta Férrea, a principal entrada do complexo do Pátio das Escolas e dos grupos escultóricos do seu Largo (Figura 4), foram identificadas, analisadas e corrigidas diversas patologias, que ameaçavam as cantarias com perdas patrimoniais irreversíveis no material, pedra de Ançã e, consequentemente, nas formas esculpidas.

A proposta de intervenção assentou numa metodologia geral e específica, definida pelo responsável pela intervenção, o engenheiro Fernando Marques (2014), tendo sido o projeto de execução desenvol-

vido ao longo dos trabalhos de intervenção, recorrendo a uma “filosofia de intervenção mínima”, foram realizados diagnósticos e análises, bem como ao desenho do levantamento arquitetónico e fotogramétrico com o mapeamento das patologias (F. Marques, 2014: 2).



Figura 4
A Porta Férrea e o seu largo.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

Esta intervenção fez parte de um conjunto mais vasto, realizado ou a realizar no complexo do Paço das Escolas, já se encontrando concluída a reabilitação da Capela de São Miguel e a substituição/reparação de caixilharia, nas fachadas norte e poente do Palácio Real. Depois da reabilitação da porta de entrada principal da Biblioteca Joanina, irá iniciar-se a reabilitação da fachada principal (nascente) e do portal da mesma biblioteca. No conjunto ainda está prevista a reabilitação de coberturas e de fachadas do Palácio Real, do Colégio de São Pedro (Figura 5), dos Gerais e do antigo Museu de Arte Sacra. Cumulativamente, estão previstas ações de limpeza da Torre e Via Latina, bem como a implementação de acessibilidades ao Palácio de São Pedro e a instalação de mobiliário urbano no Pátio das Escolas que, como espaço emblemático da Universidade onde se concentram vários elementos e espaços notáveis, recebe o maior número de visitantes da UC.



Figura 5
Colégio de São Pedro, no Pátio das Escolas.
Fotografia de Joana Capela de Campos.



Figura 6
Colégio da Santíssima Trindade, pormenor do pórtico de entrada.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

Uma intervenção, terminada em fevereiro de 2017, que se torna pertinente abordar para a leitura do PM que antes de o ser, já o era, é a realizada no Colégio da Santíssima Trindade (Figura 6), propriedade da UC e localizado na Alta, para albergar a Casa da Jurisprudência da Faculdade de Direito da UC.

O projeto foi assinado pelos irmãos Francisco e Manuel Aires Mateus (Aires Mateus Associados, Lda.) e teve início em 2001, quando a UC lançou um concurso público para a reabilitação deste Colégio, que se encontrava em ruína e risco de colapso total. Aprovado o licenciamento com condicionantes, pela CMC, em 2004, foi realizada uma campanha de intervenção arqueológica preventiva e, em 2007, a UC solicita alteração ao projeto, para alteração de programa e incorporar as diretrizes equacionadas no estudo arqueológico (M. R. Aires Mateus, 2010). Com isto, o projeto ficou ancorado ao estudo arqueológico, que possibilitou acrescentar conteúdo das sucessivas fases de ocupação do edifício, ao expor os elementos que, na ruína, conseguiram subsistir, ganhando por inerência própria, um estatuto intemporal de continuidade “capazes de induzir o projecto”, que “pretende explorar a enorme carga telúrica e poética” das ruínas (M. R. Aires Mateus, 2010). Nesse sentido, a ruína preexistente foi a matéria-prima usada no discurso de projeto, pela transformação: da igreja num auditório ou da área residencial em gabinetes de trabalho.

Mas o projeto também soube ir absorvendo os achados que da obra e do estudo arqueológico decorriam, como a redução de construção de espaços enterrados. Porque o pavimento recolhe memórias que se vão acumulando ao longo do tempo, criando mais um arquivo, para contar a história do edifício, juntamente com os arquivos dos elementos portantes: da construção, da alteração de uso, da derrocada, da ruína e do abandono.

O processo de projeto foi absorvendo todas estas etapas da vida do edifício e procurou dar-lhes um discurso de unidade. Importava dar coerência e consistência através do desenho, e não criar um somatório das ocorrências que foram acontecendo no edifício ao longo dos séculos. E a estratégia era aparentemente simples: intervenção mínima nos *arquivos* recebidos e presunção de ligeireza e reversibilidade na proposta nova.

Todos os elementos que “sobreviveram ao tempo”, as fachadas, a área do claustro e a igreja, seriam mantidos com intervenções. A proposta nova seria feita com maior intensidade no espaço vazio, preenchendo as lacunas decorrentes das derrocadas e da ruína e, assim, restituir o volume do edifício original.

Mas talvez seja na cobertura, que melhor se compreenda toda a estratégia da intervenção: pela introdução de uma fenda contínua, entre as paredes antigas e as águas novas que se desenharam, “tornando legíveis os estratos dos diferentes tempos” e, pela “feliz coincidência” entre as cotas da cêrcea do Colégio e do pavimento do Pátio das Escolas, “aliada à reduzida largura da rua que as separa” (M. R. Aires Mateus, 2010: 2) O projeto procura, assim, enfatizar a leitura do espaço de cobertura como um prolongamento do miradouro do Pátio, tendo sido decidido, por isso, a utilização de lajedo de pedra lioz para o seu revestimento, “dando continuidade visual ao pavimento” (M. R. Aires Mateus, 2010: 3), repondo a integridade do edifício na sua circunstância contemporânea e com a preocupação do contexto urbano.

No complexo da Rua da Sofia, será de salientar a intervenção de reabilitação de uma ala do Colégio da Graça, cuja empreitada de execução das obras terminou em 2015, para receber o Centro de Documentação 25 de Abril e uma parte do Centro de Estudos Sociais, partilhando o edifício com a Liga dos Combatentes. O projeto esteve a cargo do arquiteto José Paulo dos Santos, que assume a sua postura de intervenção no património: “com serenidade e em “silêncio”” (2013: 2).

O projeto teria que ser considerado um processo aberto, uma vez que estaria sujeito às investigações arqueológicas, realizadas em simultâneo à intervenção (início de trabalhos em 2010) e, que por sua vez, deveriam respeitar o projeto, que se ia corrigindo, adaptando e incorporando novas possibilidades de desenho decorrentes da investigação, num exercício de ajuste constante ao que ia acontecendo.

Mas, esta intervenção esteve sujeita a outras condicionantes decorrentes da sua própria contem-

poraneidade e condicionantes patrimoniais, definindo uma dificuldade acrescida para a intervenção, para além de estar em curso, alterações na legislação, não só subordinadas à candidatura da UC-AS a PM, mas também pela transformação da estrutura tutelar. Toda esta conjuntura implicou alterações de projeto, influenciadas pelos atrasos e adiamentos consecutivos de decisões, pareceres e propostas (Sónia Filipe, 2013) sendo, ainda proposto uma redistribuição espacial, entre a UC e a Liga dos Combatentes, de modo a clarificarem-se os acessos, até aí, labirínticos e pouco legíveis.

Este exemplo traduz a complexidade de intervenção em espaços classificados, num cenário de múltiplos proprietários ou gestores do espaço. Esta questão lança um paralelismo à própria contingência da candidatura da UC-AS a PM, por ter que responder a várias entidades competentes na gestão do seu espaço. Um paralelismo, que embora resolvido de modo diverso, até pela natureza do objeto em causa, resultou no sucesso de um e outro caso.



Figura 7
Estufas Tropicais do Jardim Botânico da UC.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

Para finalizar, sublinhamos um exemplo que ganhou o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana (29/03/2017), na categoria de Melhor Intervenção com Impacto Social. Falamos da requalificação das Estufas Tropicais e Espaço Ciência *in Situ* (Figura 7), do Jardim Botânico da UC, um projeto do arquiteto João Mendes Ribeiro, aprovado em 09/01/2015, tendo a obra decorrido entre fevereiro e dezembro de 2015.

O projeto pautou-se por uma “limpeza”, no desenho final, do espaço das estufas, havendo o redesenho da ala central e da galeria superior, construída por laje e pilares de betão armado, substituídos por estrutura metálica, mais leve e integrada na restante construção. Também os pormenores construtivos foram alvo de redesenho com recurso a perfis metálicos e vidro, repondo o princípio construtivo primitivo e, ainda, a intensificação da trans-

parência, inerente a todo o espaço da estufa (J. M. Ribeiro, 2013).

Por uma questão técnica, os vidros foram todos substituídos com especificidades para um espaço destinado a estufa, complementados com sistemas de sombreamento. Assim, o resultado assumiu o princípio por uma intervenção mínima e limpeza dos elementos que não fizessem parte da filosofia construtiva e cénica do edifício principal - um dos primeiros exemplos da arquitetura do ferro no país, inspirado nas estufas inglesas de *Kew Garden* (J. M. Ribeiro, 2013).

O Espaço de Ciência *in Situ* será polivalente e foi projetado para substituir o antigo edifício do viveiro a norte do lago Victória. Este novo edifício, que não fazia parte do processo de candidatura, facilmente assegura uma integração na envolvente, devido aos materiais de construção. Já o lago Victória foi construído no lugar da Estufa Victória, cuja estrutura apresentava deformações. A intervenção compreendeu, ainda, o arranjo e aumento do edifício da caldeira, de forma a responder a requisitos técnicos e, ainda, trabalhos de conservação e restauro, não só dos edifícios mas também dos seus pátios e espaços adjacentes.

Estes são quatro exemplos, dentro de um universo bem mais dilatado, a que a UC se propôs e, continua a propor, para garantir o passado em permanente construção, porque “o tempo novo é uma realidade e existe independentemente do facto de nós o aceitarmos ou recusarmos” (Van der Rohe, 1996: 304). Assim, podemos considerar que o processo de arquitetura não deve ser visto como um acontecimento linear ou fechado. Ainda que na aparência, as intervenções sejam pouco evidentes, implementam sempre uma ideia de transformação. Fazer arquitetura é ter consciência do tempo nos seus vários estágios e contemporaneidades para introduzir o tempo novo, com todas as influências socioculturais a que está sujeita.

Apesar de ser ao nível do bem classificado que este eixo se faz sentir, não deixa de ser verificado, na sua área urbana de influência, a reabilitação e requalificação de algum património classificado, que acrescenta dinâmicas urbanas complementares, como equipamentos potenciadores de uma vida cultural para a cidade. Casos como a requalificação do Convento de Santa Clara-a-Velha¹ (2002-2008) ou a ampliação e remodelação do Museu Nacional de Machado de Castro² (1999-2013) são exemplos de intervenções na área de influência do bem PM.

¹ Arquitetura de Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez e Luís Urbano.

² Arquitetura de Gonçalo Byrne.

Mas a transformação, que opera no contexto urbano, também se verifica no plano imaterial, pelo número de visitantes nestes espaços, 442 510³, que pela rubrica *Visitantes aos espaços turísticos*, no ano letivo 2015/2016, foram contabilizados pela UC. Este número de visitantes assume uma tendência geral de crescimento, verificada entre 2012 e 2016⁴ e reforça a procura e intensificação do turismo cultural⁵, sobre os sítios PM, onde o património físico é o suporte dorsal dos acontecimentos.

Paisagem Urbana Histórica: Lusa Atenas como matriz cultural

A designação de PUH ganhou estatuto oficial de instrumento político para a gestão patrimonial, na *Recomendação sobre a PUH*, em 2011, pela UNESCO. A exigência da definição do conceito foi sendo cada vez mais acentuada devido às circunstâncias de práticas e desenvolvimentos urbanos europeus, sobretudo, no período da transição do milénio.

As tensões existentes entre o desenvolvimento local e os processos de globalização, com um impacto pronunciado na identidade e nos limites espaciais das cidades, alteravam a sua configuração e imagem territorial e, inevitavelmente, assumiam um impacto sobre as populações que viviam nesses assentamentos urbanos. A UNESCO entendia que esta pressão traria consequências para as cidades, já que esta era uma nova ameaça à conservação das cidades com um forte carácter cultural e, em particular, daquelas inscritas na LPM (UNESCO, 2009). O caso de Viena⁶ (Áustria) transformou-se num ponto-chave para o reconhecimento da necessidade de um debate específico sobre o conceito da PUH e todas as suas implicações.

Assim, a PUH⁷ reflete sobre a evolução e expansão concetual em torno do *património cultural*, codificada pelas camadas sobrepostas de desenvolvimento social, cultural e económico, assumindo as

dimensões material e imaterial do território (Sonkoly, 2011; UNESCO, 2011). Por ter vindo a ser moldado pelos textos e debates promovidos pela UNESCO, ao longo dos anos, uma vez que as “Cidades Históricas” eram a categoria mais representada na LPM, podemos assumir a PUH como uma matriz cultural do território.

Pela pertinência desta implicação, este eixo estratégico deverá ser equacionado como sendo mais uma oportunidade de abordagem para uma gestão integrada do espaço urbano, de modo a fomentar a sustentabilidade e o desenvolvimento das próprias cidades. Se a PUH é uma matriz cultural territorial, permite estabelecer as correlações existentes em vários *layers* que a compõem, desde as vertentes materiais, construídas ou naturais, até às imateriais, como as vivências, os usos e as tradições, que se embrenham e se estabelecem por apropriação em determinado território. Coimbra tem essa particularidade: a sua PUH é uma matriz cultural territorial. O bem classificado e inscrito na LPM, a UC-AS, faz parte integrante daquele que é considerado o valor refúgio da imagem da cidade.

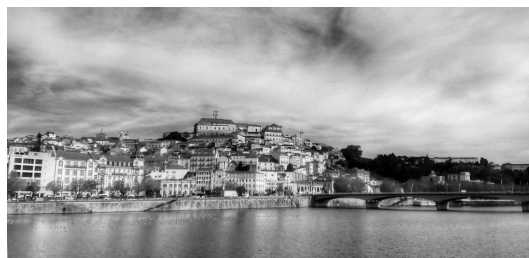


Figura 8
Lusa Atenas. Skyline de Coimbra.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

De forma mais expressiva, a *Lusa Atenas* coroada com o núcleo do Paço das Escolas (Figura 8), sobre as águas do Mondego, é referida, vezes sem conta ao longo dos séculos, para inequivocamente se associar à UC e à própria cidade. Sendo assim, a singularidade desta realidade assume uma vertente material, relacionada com o resultado da ocupação territorial ao longo dos tempos para estabelecer a cidade existente. Mas também, assume uma vertente imaterial, precisamente por ter uma identidade muito própria e intrínseca à relação com o seu espaço, onde as vivências urbanas se vão realizando na apropriação da sua imagem.

Tendo em conta a particularidade da PUH da colina da *Lusa Atenas* e do seu território de influência, importava verificar que transformações sofreu ou tem vindo a sofrer, com o processo de candidatura e título PM, no contexto urbano.

³ Cf. <http://www.uc.pt/dados>, acessado em 19/05/2017.

⁴ Informação avançada pelo presidente da Turismo Centro de Portugal, em 09/05/2017 (Agência Lusa, 2017).

⁵ De acordo com P. Machado à Agência Lusa, de 09/05/2017, a propósito da aprovação da candidatura a fundos comunitários, no âmbito do Programa Operacional da Região Centro 2020, do projeto Lugares Património Mundial do Centro (Agência Lusa, 2017).

⁶ Em 2005, o caso de Viena foi o motivo da primeira conferência específica sobre a PUH, dando origem ao Vienna Memorandum, sendo assumido como a primeira tentativa de definição do conceito, que se pretendia operativo. Cf. (Bandarin & Oers, 2012; Sonkoly, 2011).

⁷ A Recomendação sobre a PUH define-a, como sendo “the urban area understood as the result of a historic layering of cultural and natural values and attributes, extending beyond the notion of “historic centre” or “ensemble” to include the broader urban context and its geographical setting” (UNESCO, 2011: 52).

No contexto do bem classificado, podemos identificar a intervenção no Colégio da Trindade, pela sua visibilidade e interferência com as vistas do e sobre o Pátio das Escolas. Também não é despropositado o processo que se concretiza no percurso de ligação entre a UC e a Baixa, pelo Jardim Botânico, feito por acesso pedonal ou por um veículo de transporte coletivo, concretizável devido à conjugação da reabilitação de percursos dentro do Jardim Botânico (com apoio da CMC), da qualificação da entrada norte junto ao edifício das Física/Química e da reabilitação da Capela de São Bento, situada em pleno jardim. Com esta intervenção, efetua-se a abertura pública deste notável espaço verde da cidade, tornando parte da mata acessível.

Mas consideramos, sobretudo, que tem uma maior afirmação para a gestão deste eixo estratégico, alguns acontecimentos que foram sendo estipulados durante e pelo processo de candidatura, na área urbana de influência do bem classificado, por ser esse o espaço privilegiado para criar sinergias capazes de correlacionar a convivência entre as vertentes material e imaterial.

O acontecimento mais evidente foi a requalificação das zonas ribeirinhas e frente de rio. Projetos como a reabilitação dos equipamentos, Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e Convento de São Francisco⁸ ou como a reabilitação de espaços de lazer, Parque Verde do Mondego⁹ com a ponte pedonal Pedro e Inês¹⁰, permitiram devolver esta área de cidade aos seus habitantes e utilizadores.

Estas dinâmicas transformaram o rio numa plataforma de atravessamento, permanência e uso, principalmente, ao caminhante que percorre deambula, pelas várias continuidades estabelecidas, ações essenciais para se conhecer uma cidade¹¹. A cidade nasce e renasce a cada dia e é preciso estar presente, para se acompanhar essa transformação, mapeando o espaço e fazendo parte da ação do território, que não deixa de ser uma condição geográfica, porque os processos de arquitetura transformam “uma condição de natureza numa condição de cultura” (Botta, 1996: 25).

Estes protocolos de relação estabelecidos pela PUH, tendo o espaço físico como suporte de modelos

de intervenção e de utilização, podem unir as práticas de “conhecer para compreender”, entre o indivíduo, a comunidade e a sociedade com o território. De certa forma, a PUH pode ser uma das abordagens mais operativas para a gestão do espaço urbano, pois vai permitir avaliar, em simultâneo, as relações e ações estabelecidas entre a população e o território.

Tendo essa hipótese como premissa válida, foi proposta uma possibilidade de ferramenta operativa emergente, para a monitorização e fiscalização das operações e intervenções realizadas nos contextos urbanos em áreas de influência de bens classificados, para a gestão da sua PUH (Capela e Murtinho, 2014a).



Figura 9
Vista da Alta.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

Verificando que, no caso de Coimbra, o bem classificado tinha uma posição privilegiada no contexto urbano (Figura 9), de onde se pode ver e ser visto, era atribuída uma responsabilidade na observação para as duas posições, quer pelas entidades competentes, quer pela população. Assim, esta ferramenta de projeto urbano era assumida como uma forma preventiva de proteção e salvaguarda, devendo, por isso, ser considerada como um auxílio para a gestão e manutenção não só dos bens classificados, mas também para a sustentabilidade do desenvolvimento do seu território de influência.

Desenvolvimento urbano

Por fim, no terceiro eixo estratégico é proposto refletir sobre a oportunidade gerada em torno da atribuição de um título patrimonial, que acaba por ser um propulsor de algumas atividades económicas e turístico-culturais (Rebanks Consulting Ltd e Trends Business Research Ltd, 2009).

Uma leitura sobre o processo de candidatura de Coimbra a PM verifica que, os processos de patrimonialização vão sendo intensificados no tempo, pelo reconhecimento do valor dos espaços vitais da cida-

⁸ Arquitetura de João Luís Carrilho da Graça (2010-2016).

⁹ Arquitetura de MVCC Arquitectos (Mercês Vieira e Camilo Cortesão) (2002-2004).

¹⁰ Engenharia de Cecil Balmond e Adão da Fonseca, inaugurada em novembro de 2006.

¹¹ Em 1954, Távora dizia que “para avaliar uma cidade como espaço organizado, apenas uma solução: percorrê-la, vivê-la, deambular pelas suas ruas, descer as suas encostas, subir aos seus pontos mais altos, habitar as suas casas, senti-la como um organismo vivo que não para, que dia a dia se altera” (Távora in Bandeirinha, 2012: 59).

de, que vão sendo reabilitados (Capela e Murtinho, 2014a, 2014b, 2015), mas também, devido às novas vivências urbanas. Assim, este eixo assume-se como complemento do primeiro, ao nível do contexto urbano material, e também por isso, seu paralelo, porque a área urbana de influência daquele que era considerado o bem a classificar, foi beneficiando das políticas adotadas e desenvolvidas para a proteção do património.



Figura 10
Convento de São Francisco, Centro Cultural e de Congressos.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

Para ilustrar estas dinâmicas, sublinhe-se a requalificação do Convento de São Francisco (Figura 10): o edifício reabriu em abril de 2016, como Centro Cultural e de Congressos, assumido pela CMC como “um agente de desenvolvimento económico do território, impulsionando diversos setores estratégicos, designadamente o turismo”¹². Com este investimento, Coimbra subiu 155 lugares no ranking mundial das cidades com mais congressos e convenções internacionais, em 2016 (Câmara Municipal de Coimbra, 2017).

A área de influência do bem classificado UC-AS é, também por isso, território atrativo para dinâmicas globalizadas, inerentes aos padrões de vida ocidental contemporânea, como o aumento produtivo da atividade turística, após uma classificação PM.

Contudo, desde 2009, que o crescimento do turismo e as pressões económicas que lhe estão associadas, em cidades históricas, têm sido apontados como uma das maiores preocupações que os responsáveis pela gestão dos sítios PM deveriam ter em consideração (Bandarin e Oers, 2012: 67). O próprio ICOMOS na Carta Internacional do turismo cultural aborda preocupações, desde 1976, relativas ao volume turístico aceitável para um sítio classificado, sem o prejuízo de ser o início da sua “destruição” (F. Lopes e Correia, 2004: 38) e, ainda, há autores que colocam a questão do turismo cultural como

sendo o cavalo de Troia para os sítios PM (Caraballo Perichi, 2001) (Figura 11).



Figura 11
Alta de Coimbra, Escadas do Quebra-Costas/Rua Joaquim António de Aguiar.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

O aumento da atividade turística¹³, em Coimbra, permite verificar a realidade, acessível no simples ato de percorrer as ruas, tanto na área PM, como na sua área urbana de influência: o aumento de turistas tem potenciado investimentos económicos, em disseminação de lojas de recordações (Figura 12) e no aumento da oferta de alojamentos e estabelecimentos turísticos.



Figura 12
Baixa, Rua Ferreira Borges.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

O turismo cultural, enquanto dinamizador urbano, deve contribuir para o desenvolvimento sustentável da cidade, associado a novos modos de consumo e contribuindo para a reabilitação urbana. Por isso, desenvolver metodologias, instrumentos e técnicas capazes de garantir essa sustentabilidade, é um desafio imperativo, que vigora com aumento dos visitantes na cidade.

Contudo, a pressão do turismo cultural causa danos no património, pelo desgaste continuado do aumento do número de visitantes e, também, pelos conflitos gerados com os habitantes locais. Esta realidade verifica-se na oferta de novos espaços/

¹² Cf. <http://www.coimbraconvento.pt/pt/convento-sao-francisco/historia/>, acedido em 16/05/2017.

¹³ Os números do turismo representam um crescimento de 5% (Europa), em 2015, atribuindo-lhe uma valência motriz e vital para a recuperação económica global (World Tourism Organization, 2016: 15).

produtos, contribuindo para o abandono de prédios de habitação para dinamizar um mercado onde os turistas podem “viver como locais” e de lojas tradicionais e históricas, de todo o “saber fazer” e do produto tradicional, que conferia autenticidade e especificidade ao comércio local, para dar lugar, às lojas globais com produtos tipificados, que não se diferenciam de lugar para lugar.

O comércio direcionado ao mercado turístico, que se estabelece nessas áreas adjacentes ao património, deve ser discutido, porque uma das tensões entre a globalização destas práticas e o desenvolvimento local sustentável, deve abordar a qualidade, porque quantidade já existe. Se a gestão destes sítios, não passar pelo planeamento destas dinâmicas de diferenciação do local, vai ser possível, erradamente, adquirir produtos tradicionais de Coimbra, em qualquer loja “tradicional”, em Lisboa, Porto, ou até, noutra cidade europeia.

A autenticidade e a especificidade do local é aquilo que torna o sítio único, sendo, por isso, uma mais-valia para a preservação da identidade local. Esta diferenciação positiva, pelo local que se pretende singular, só beneficia a qualidade da experiência de quem reside ou visita a cidade, devendo ser assumido um compromisso entre os agentes da gestão do espaço urbano até às comunidades, para que se criem condições para a permanência dos habitantes e comércio tradicional, tentando não repetir os erros do passado. Uma cidade não se pode privar de residentes em áreas de grande reconhecimento emocional (Figura 13). Este facto, já é o suficiente para prejudicar a cidade, porque o pior para qualquer cidade, é a falta de vida. Sem vida, a cidade cai.



Figura 13
Baixinha, Rua do Paço do Conde.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

Este paradigma avalia a autofagia do turismo, pois o seu volume se incontrolável é um dos fatores de risco para o património e, no fundo, para a cidade. Contudo, é necessário reverter esta prática e assumir que cada caso é sempre único, e que, por isso, deve ter e deve promover as suas especificida-

des. Assim, o turismo deve ser um catalisador positivo para uma cultura de sustentabilidade do património (Figura 14) e não, um fim em si próprio.



Figura 14
Quebra-Costas.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

Com esta perspetiva, o Turismo do Centro de Portugal apostou nos *Lugares Património Mundial do Centro*¹⁴ para realização de ações direcionadas ao envolvimento da comunidade, serviço educativo, programação cultural em rede, hospitalidade turística e comunicação. Partindo do título PM como recurso territorial, este caso, aposta também, em evidenciar a Região Centro, reinventando soluções para enquadramentos não convencionais, que não deixarão de se refletir, pelo menos, nas dinâmicas de uso dos espaços classificados.

Conclusões

A partir de três eixos estratégicos para uma gestão integrada e desenvolvimento urbano sustentável, assumidos no processo de candidatura de Coimbra a PM, foi feito um balanço sobre o processo transformativo visível e consequente da candidatura e título PM, que foi sendo operado em três níveis de contexto urbano: no do bem classificado, no da sua área urbana de influência, na vertente material, e no espaço das dinâmicas socioculturais, na vertente imaterial.

A primeira leitura assumida é que, uma candidatura patrimonial deve ser um ativo para a gestão e para o desenvolvimento urbano sustentável de uma cidade, porque foi e é considerado um valor maior, que pelo seu reconhecimento, estabelece compromissos de gestão, proteção e salvaguarda, com as populações e instituições que hoje vivenciam o espaço e com (e para) as gerações futuras.

¹⁴ A candidatura surge da Rede de Património Mundial do Centro de Portugal (2016), que reúne os seus quatro sítios inscritos na LPM: o Mosteiro da Batalha, o Convento de Cristo em Tomar, o Mosteiro de Alcobaça e a UC-AS, porque “o produto cultural é o mais procurado pelos turistas” (Agência Lusa, 2017).

O processo transformativo é visível ao nível do primeiro eixo estratégico equacionado, pelas ações a que a UC se tem proposto, através de intervenções no bem classificado, para garantir a continuidade no valor patrimonial recebido e acrescentado. Com património que ainda não existia, à data da inscrição na LPM, a UC-AS é um caso paradigmático, onde se classifica um bem patrimonial, que antes de ser, já era; na verdade, que depois de o ser, nunca deixa de o ser.

Mas também a cidade tem investido na requalificação de patrimónios e espaços urbanos, aproveitando o impulso gerado pela candidatura e título, em paralelo e em complemento ao primeiro eixo, potenciando sinergias que permitissem a requalificação do espaço público e privado, por toda a área urbana de influência do bem PM.

Poderia, parecer incongruente, intercalar o eixo estratégico da PUH, entre aqueles, que se consideram paralelos e complementares no âmbito do contexto urbano. No entanto, verifica-se, por tudo o que foi apresentado e considerado, que esses eixos só são paralelos e complementares, pela leitura de unidade introduzida pela matriz cultural territorial, que é dada pela PUH, que permite estabelecer as correlações verificadas.

Logo, a PUH, para além de potenciada pelo processo de candidatura a PM, que importa desenvolver e aprofundar, torna-se numa chave de leitura para as transformações urbanas visíveis consequentes do processo a PM. Porque quando se fala da recuperação do património ou do aumento do número de turistas na Universidade, fala-se, também, do edifício que foi ou que vai ser recuperado, ou transformado em qualquer tipo de alojamento turístico, ou edifício habitacional ou espaço comercial reabilitados, em qualquer rua da Alta, da Baixa ou de Santa Clara.

É, portanto, pela abordagem transversal do contexto urbano e pela consciência e consistência do sistema de coexistência, onde a parte não é mais importante do que o todo, que a PUH pode contribuir para o desafio que se coloca na gestão para o futuro, destes territórios de identidade secular, como sucede em Coimbra. Através de um planeamento integrado e integrante do contexto urbano, considerando quer a vertente material quer a imaterial, capaz de ser dinâmico e flexível para se ir ajustando às necessidades e exigências que vão sendo colocadas e equacionadas na vivência do quotidiano, é possível propor ações para uma maior concretização da qualidade do espaço urbano, tanto ao nível do espaço físico, como ao nível do sociocultural. Todavia, é possível, também, prevenir ações prejudiciais ao

contexto urbano, permitindo conferir à PUH, a mediação mais operativa na gestão urbana, enquanto sistema, monitorizando e avaliando, continuamente, os protocolos estabelecidos entre a população sobre/e o território, com recurso a equipas multidisciplinares. Porque a cidade é composta por pessoas, espaços e pelas relações que se estabelecem entre ambos (um verdadeiro território), entenda-se, que é por uma questão de qualidade de vida, que os processos de gestão da cidade se devem guiar.

Uma candidatura patrimonial, para além da produção de conteúdos que promovem o estudo e o conhecimento do bem proposto, quer pelos seus utilizadores diários quer pelas entidades locais, nacionais e internacionais que o gerem e o dinamizam, é também um processo que se torna num projeto político de intenções, de estratégia e de intervenção para a área que se pretende classificar e para o seu território de influência. Porque no fundo, um bem inscrito na LPM é uma promoção mediática, que deve ser aproveitada, para responder à oportunidade económica que resulta da classificação, tendo em vista a geração de receitas e recursos capazes de contribuir para a sua própria gestão, manutenção e conservação.



Figura 15
Caminhos, Pátio das Escolas.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

O direito à cidade é para todos, quer sejam residentes, trabalhadores, visitantes ou turistas (Figura 15). Nesse sentido, quem promove a sectorização da cidade através de acontecimentos para potenciar determinada indústria económica, como a do turismo, tendo como força motriz o património cultural, deve fazê-lo com equilíbrio, sob pena de se descaracterizar aquilo que se quer preservar. Assim, um planeamento integrado e integrante permite propor, experimentar e ajustar medidas e estratégias que visem contribuir para um equilíbrio, entre residentes e turistas, que usam, ocupam e coexistem no mesmo espaço urbano. O aparente antagonismo que possa resultar dessa convivência, como a perda sucessiva de identidade dos sítios, pode

ser compatibilizado com a aceitação desse facto, através de ações direcionadas, enquanto consequência natural do processo de reconhecimento da exceção da natureza do bem.

É preciso antecipar a realidade, planejar estrategicamente, e tomar consciência do tempo novo e das suas contemporaneidades, num passado em permanente construção, mas também, preservar e ir construindo memória de um património, incessantemente, em transformação.

Bibliografia

- Agência Lusa (2017, Setembro 5). Turismo do Centro investe 2ME na promoção de lugares Património Mundial. *Diário de Notícias*. Acedido a 19 de maio de 2017, em <http://www.dn.pt/lusa/interior/turismo-do-centro-investe-2me-na-promocao-de-lugares-patrimonio-mundial-7995368.html>.
- Almeida, P. V. de (2005). Uma definição de arquitetura (J.A. 109, 1992, p. 17). In J. A. - *Antologia 1981-2004*, (218-219), 139-140.
- Askew, M. (2010). The magic list of global status: UNESCO, World Heritage and the agendas of states. In Labadi, S. e Long, C. (ed.), *Heritage and globalisation* (pp. 19-44). Milton Park, Abingdon, Oxon, England; New York, NY: Routledge.
- Bandarin, F. & Oers, R. van. (2012). *The historic urban landscape: managing heritage in an urban century*. Chichester, West Sussex, UK; Hoboken, NJ: Wiley Blackwell.
- Bandeirinha, J. A. (ed.) (2012). *Fernando Távora: modernidade permanente*. Matosinhos: Assoc. Casa da Arquitectura.
- Botta, M. (1996). *Ética do construir*. Lisboa: Edições 70.
- Câmara Municipal de Coimbra. (2017, Maio 10). *Coimbra sobre 155 lugares no ranking mundial das cidades com mais congressos internacionais*. Acedido a 16 de maio de 2017, em <http://www.cm-coimbra.pt/index.php/areas-de-intervencao/cultura/atualidade/item/4894-coimbra-sobre-155-lugares-no-ranking-mundial-das-cidades-com-mais-congressos-internacionais>.
- Capela de Campos, J. & Murtinho, V. (2016). From the Paço Real to the Paço Real das Escolas: From the Duty of Remembrance to the Demands of Renovation. In Szmygin, B. (ed.), *Heritage in transformation: cultural heritage protection in XXI century: problems, challenges, predictions*, Vol. 1, 39-50. Florence-Lublin: Lublin University of Technology; ISCTPCR-ICOMOS; ICOMOS Poland; Romualdo Del Bianco Foundation.
- Capela, J. & Murtinho, V. (2014a). A World Heritage Application as an opportunity for urban intervention: the case of Coimbra. In *18th ICOMOS GA and SS «Heritage and Landscape as Human Values»: Theme 5 - Emerging tools for conservation practice*, Florença, Itália, 10 a 14 de novembro.
- Capela, J. & Murtinho, V. (2014b). Universidade de Coimbra - Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade. In *Patrimonialização e sustentabilidade do património: reflexão e prospectiva*, FCSH-UNL, Lisboa, 27 a 29 de novembro.
- Capela, J. & Murtinho, V. (2015). The dual logic of heritage in the field of architecture. In *Segundo Congreso Internacional de Buenas Prácticas en Patrimonio Mundial* (124-145). Menorca: Universidad Complutense de Madrid.
- Caraballo Perichi, C. A. (2001). Turismo cultural: Una opción sostenible o un caballo de Troya? In *Memorias Cátedra UNESCO: Gestión integral del patrimonio en centros históricos. Manizales-Caldas, Colombia, 18-28 Junio 2000* (229-238). Manizales-Caldas, Colombia: Universidad Nacional de Colombia, UNESCO.
- Custódio, J. (2011). Globalização e património cultural. In Custódio, J. (ed.), *100 Anos de património: memória e identidade. Portugal 1910-2010* (2ª), 346-348. Lisboa: IGESPAR IP.
- Fernando Marques (2014, Fevereiro). *Memória descritiva e justificativa - Conservação e Restauro da Porta Férrea - Paço das Escolas*, UC.
- Guillaume, M. (1980). *La politique du patrimoine*. Paris: Editions Galilée.
- João Mendes Ribeiro (2013, Julho 19). *Memória Descritiva - Arquitectura, projecto de execução - Projecto de reabilitação das Estufas Tropicais e Espaço Ciência in Situ - Jardim Botânico*, UC.
- José Paulo dos Santos (2013, Março). *Memória Descritiva e Justificativa - Centro de Documentação 25 de Abril - Colégio da Graça, Rua da Sofia*, UC.
- Lopes, F. & Correia, M. B. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lopes, N. R. (ed.) (2012). *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia. Candidatura a Património Mundial* (Universidade de Coimbra, Vol. Livro 1). Coimbra: UC.
- Manuel Rocha de Aires Mateus (2010, Julho 23). *Memória Descritiva - Pedido de licenciamento/Processo nº 1773/04 - Tribunal Universitário Judicial Europeu - Colégio da Santíssima Trindade*, UC.
- Rebanks Consulting Ltd. & Trends Business Research Ltd. (2009). *World Heritage Status is there opportunity for economic gain? Research and analysis of the socio-*

- economic impact potencial of UNESCO World Heritage Sites status*. Lake District World Heritage Project, University of Cumbria.
- Salazar, N. B. (2010). The glocalisation of heritage through tourism: balancing standardisation and differentiation. In Labadi, S. e Long, C. (ed.), *Heritage and globalisation* (130-146). Milton Park, Abingdon, Oxon, England ; New York, NY: Routledge.
- Sónia Filipe (2013, Março). *Colégio da Graça - Relatório Prévio*, UC.
- Sonkoly, G. (2011). Historic Urban Landscape - A Conceptual Analysis. In International Conference of the Department of Urban Planning and Design and the Foundation for Urban Architecture, Budapest University of Technology and Economics e Department of Urban Planning and Design (eds.), *Urban renewal: essays on urban design = Városmegújítás: városépítészeti tanulmányok* (92-101). Budapest: BME Urbanisztika Tanszék.
- UNESCO. (2009). *Executive Board Document 181 EX/29*, April 2009. UNESCO.
- UNESCO (2011, Outubro 11). *Resolution 15 - Records of the General Conference 36th session*. UNESCO.
- Universidade de Coimbra (2005). *Projecto de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial*. Coimbra: UC.
- Van der Rohe, M. (1996). *Réflexions sur l'art de bâtir*. Paris: Le Moniteur.
- World Tourism Organization (2016). *UNWTO annual report 2015*. Madrid: UNWTO.